

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	16
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	17
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos especulativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não está operando nem negociando instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

(i) Risco cambial

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, as vendas são efetuadas com base no preço de referência das *commodities* de ligas de ferrocromo e ferrosilício. As transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representaram 21,02% do total das vendas no exercício (2012 - 23,78%). Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, as quais podem gerar ganhos ou perdas durante o período.

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado nas Notas 5 e 6, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI. No que se refere ao passivo oneroso (R\$8.488 mil), composto pela contratação de financiamento via programa PSI-BNDES, as taxas de juros pré-fixadas foram incentivadas pelo governo federal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. riscos para os quais se busca proteção e d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros. Além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às suas operações, utilizando relatórios internos que analisam o grau e o impacto dessa exposição, subsidia o Conselho de Administração com relação às políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos. Esses riscos incluem riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros, de valor justo de ativo, de preço de venda), e de crédito.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não utilizado.

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não utilizado.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Ferbasa possui todos os seus processos normatizados, mapeados e inter-relacionados, conforme INBR ISO 9001:2008, certificação implantada desde 1995. Atualmente a Ferbasa está com processo de implantação das normas ISO14000 e 18000, respectivamente das áreas ambiental e de saúde ocupacional. Todas estas normas funcionam monitorando pontos críticos de controle, de forma corporativa na empresa. Implantação da área de auditoria interna contábil e financeira, processo de melhoria de Governança Corporativa e mantém um conselho fiscal atuante. A empresa acredita que a estrutura é, atualmente, necessária para gerenciar os riscos citados. Além disso, tem contratado anualmente consultoria tributária reconhecida e especializada para dar suporte aos cálculos de todos os tributos a pagar.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

O planejamento estratégico da Companhia realizado durante o ano de 2012, consolidou os objetivos de crescimento da empresa. Desde o início do exercício, foram levados à efeito alguns projetos essenciais ao crescimento sustentado de nossas operações, a saber: planejamento estratégico da companhia com apoio e assessoramento da FDC-Fundação Dom Cabral; programa de otimização de custos nas minerações; programa de capacitação em liderança e gestão; contratação de consultoria específica em mineração, para apoio na prospecção e comprovação de novas reservas. Foi criada a área de Comunicação Corporativa, a área de Gestão Integrada, agregando segurança, saúde, qualidade e meio ambiente. Na área de Governança, a criação da Gerência de Relacionamento com Investidores. Implantação da área de Auditoria Interna. Adesão, em 2011, no nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotados pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Em complemento aos riscos informados no item 5.1, o emissor também considera relevante para o seu negócio, os riscos abaixo descritos:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Com relação a contas bancárias e aplicações financeiras, a Companhia adota os critérios de segurança, seguindo rigorosamente as orientações do Conselho de Administração.

(ii) Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox e Marubeni Corporation, que representam cerca de 54,36% (2012 – 53,32%) e 32,13% (2012 – 45,72%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo, respectivamente. Eventuais riscos de liquidez associados com esses clientes ou redução na demanda de ferroligas de FeCrAC e FeSi75% causarão impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

(iii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas financeiras adequadas, como, também, assegurando linhas de crédito para captação de recursos que julgue necessários. Adicionalmente, exerce o monitoramento contínuo do fluxo de caixa e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo indica as linhas de crédito que a Companhia tem à disposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	<u>318.681</u>	<u>316.130</u>

A Companhia possui obrigações decorrentes de financiamento bancário, no valor de R\$8,5 milhões devido à contratação, via programa PSI-BNDES, para aquisição de máquinas e equipamentos. Desse montante, R\$6,1 milhões foram adquiridos à taxa de 2,5% a.a e o saldo restante de R\$2,4 milhões à taxa de 3%a.a. O prazo para pagamento total desse financiamento é de 120 meses, com carência de até 24 meses.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a Companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos. Essa afirmativa é baseada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- ✓ Geração de lucros de forma consistente;
- ✓ Forte geração operacional de caixa;
- ✓ Estrutura de capital constituída predominantemente por recursos próprios;
- ✓ Volume inexpressivo de inadimplência.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem bem abaixo do praticado pelas demais empresas de Mineração, Siderurgia e Metalurgia.

- (i) hipóteses de resgate;

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe, em curto prazo, previsão para realização de tal evento.

- (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta índices de liquidez bastante favoráveis. Para cada R\$1,00 de obrigações no curto prazo, a Ferbasa tem R\$5,9 (2012 – R\$6,4) em recursos de curto prazo (índice de liquidez corrente). Desconsiderando os estoques, para cada R\$1,00 de obrigações no curto prazo, a Ferbasa tem R\$2,5 (2012 – R\$3,3) em recursos de curto prazo (índice de liquidez seca).

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), que são submetidos à aprovação em AGO/E, gerando o Orçamento de Capital.

Em 2013, a Companhia apresenta contratação de financiamento, via programa PSI-BNDES, para aquisição de máquinas/equipamentos com prazo total de 120 meses para pagamento, e carência de até 24 meses.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia mantém reservas financeiras adequadas, e assegura linhas de crédito para captação de recursos que julgue necessários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo

Endividamento de 13,3% (2012 – 12,3%), representados pelas obrigações com fornecedores, trabalhistas, fiscais e de financiamento bancário para aquisição de máquinas/equipamentos, via programa PSI-BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A Companhia possui obrigações decorrentes de financiamento bancário, no valor de R\$8,5 milhões devido à contratação, via programa PSI-BNDES, para aquisição de máquinas e equipamentos. Desse montante, R\$6,1 milhões foram adquiridos à taxa de 2,5% a.a e o saldo restante de R\$2,4 milhões à taxa de 3%a.a. O prazo para pagamento total desse financiamento é de 120 meses, com carência de até 24 meses.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Não aplicável.

iv) Eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía saldo de adiantamento de contrato de câmbio, nem outra forma de financiamento; sendo o limite global de crédito (Contrato de câmbio, conta garantida e fianças) de R\$ 318.681 mil.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Resumo das Demonstrações financeiras**

De acordo com a Administração, as demonstrações contábeis anuais, abaixo referidas, refletem a correta apresentação da posição patrimonial, e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

Apresentação das informações contábeis

A leitura e análise das demonstrações e demais informações contábeis a elas referenciadas, incluídas neste documento, devem considerar os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB; as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – BR GAAP e IFRS e as demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as disposições contidas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) referentes aos exercícios findos em 2013, 2012 e 2011, inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico, o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas contábeis editadas que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Não há novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que passarão a vigorar a partir de 1º janeiro de 2014, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelos seguintes assuntos:

- IFRIC 21 – Tributos, a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá ter impactos imateriais na classificação e avaliação dos ativos financeiros, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia está avaliando todos os impactos da norma e não se espera que haja impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e Demais Informações Financeiras**

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e demais informações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com o BR GAAP:

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios indicados

	Consolidado						Variação	
	31/12/2013	AV	31/12/2012	AV	31/12/2011	AV	2013/2012	2012/2011
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	799.772	100,0%	707.402	100,0%	642.334	100,0%	13,1%	10,1%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	25.434	3,2%	16.382	2,3%	13.640	1,9%	55,3%	20,1%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(663.148)	-82,9%	(569.390)	80,5%	(520.724)	73,6%	16,5%	9,3%
LUCRO BRUTO	162.058	20,3%	154.394	21,8%	135.250	19,1%	5,0%	14,2%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Com vendas	(11.538)	1,4%	(10.097)	1,4%	(11.813)	1,7%	14,3%	-14,5%
Gerais e administrativas	(44.202)	5,5%	(35.456)	5,0%	(30.485)	4,3%	24,7%	16,3%
Honorários dos administradores e participações nos lucros	(13.705)	1,7%	(12.833)	1,8%	(11.864)	1,7%	6,8%	8,2%
Participação nos lucros (empregados)	(6.108)	0,8%	(7.859)	1,1%	(8.074)	1,1%	-22,3%	-2,7%
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas	(10.039)	1,3%	(18.181)	2,6%	(10.687)	1,5%	-44,8%	70,1%
Total	(85.592)	10,7%	(84.426)	11,9%	(72.923)	10,3%	1,4%	15,8%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	76.466	9,6%	69.968	9,9%	62.327	8,8%	9,3%	12,3%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	22.546	2,8%	32.017	4,5%	47.873	6,8%	-29,6%	-33,1%
Despesas financeiras	(5.875)	0,7%	(4.235)	0,6%	(1.163)	0,2%	38,7%	264,1%
Total	16.671	2,1%	27.782	3,9%	46.710	6,6%	-40,0%	-40,5%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	93.137	11,6%	97.750	13,8%	109.037	15,4%	-4,7%	-10,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Isenção e redução	11.140	1,4%	11.437	1,6%	8.799	1,2%	-2,6%	30,0%
Corrente	(26.611)	3,3%	(27.878)	3,9%	(27.048)	3,8%	-4,5%	3,1%
Diferido	(3.939)	0,5%	4.235	0,6%	92	0,0%	-193,0%	4503,3%
	(19.410)	2,4%	(12.206)	1,7%	(18.157)	2,6%	59,0%	-32,8%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	73.727	9,2%	85.544	12,1%	90.880	12,8%	-13,8%	-5,9%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	73.483		85.326		90.619			
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	244		218		261			

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Balanços Patrimoniais levantados em 2013, 2012 e 2011**

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balanços Patrimoniais consolidados, levantados em 2013, 2012 e 2011, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

	Consolidado						Variação	
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2011		2013/2012	2012/2011
ATIVOS								
CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	116.492	8,4%	229.682	17,6%	235.410	18,8%	-49,3%	-2,4%
Aplicação financeira	115.551	8,4%	27.707	2,1%	109.463	8,7%	317,0%	-74,7%
Contas a receber de clientes	163.347	11,8%	118.517	9,1%	86.707	6,9%	37,8%	36,7%
Estoques	211.570	15,3%	229.085	17,5%	215.857	17,2%	-7,6%	6,1%
Impostos a recuperar	16.277	1,2%	20.379	1,6%	13.740	1,1%	-20,1%	48,3%
Despesas antecipadas	1.987	0,1%	516	0,0%	174	0,0%	285,1%	196,6%
Outras contas a receber	5.796	0,4%	3.151	0,2%	1.536	0,1%	83,9%	105,1%
Total dos ativos circulantes	631.020	45,7%	629.037	48,1%	662.887	52,8%	0,3%	-5,1%
NÃO CIRCULANTES								
Aplicação financeira	738	0,1%	682	0,1%	628	0,1%	8,2%	8,6%
Estoques	10.764	0,8%	9.616	0,7%	7.868	0,6%	11,9%	22,2%
Impostos a recuperar	8.161	0,6%	8.319	0,6%	8.827	0,7%	-1,9%	-5,8%
Depósitos judiciais	3.317	0,2%	2.816	0,2%	2.565	0,2%	17,8%	9,8%
Depósito para reinvestimento	4.387	0,3%	3.010	0,2%	1.961	0,2%	45,7%	53,5%
Outros créditos	201	0,0%	210	0,0%	521	0,0%	-4,3%	-59,7%
	27.568	2,0%	24.653	1,9%	22.370	1,8%	11,8%	10,2%
Investimentos:								
Outros	124	0,0%	124	0,0%	124	0,0%		
Imobilizado	546.385	39,5%	499.842	38,2%	428.000	34,1%	9,3%	16,8%
Ativo biológico	175.089	12,7%	151.949	11,6%	140.264	11,2%	15,2%	8,3%
Intangível	1.610	0,1%	1.396	0,1%	688	0,1%	15,3%	102,9%
Total dos ativos não circulantes	750.776	54,3%	677.964	51,9%	591.446	47,2%	10,7%	14,6%
TOTAL DOS ATIVOS	1.381.796	100,0%	1.307.001	100,0%	1.254.333	100,0%	5,7%	4,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado						Variação	
	31/12/2013		31/12/2012		31/12/2011		2013/2012	2012/2011
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>								
CIRCULANTES								
Fornecedores	30.863	2,2%	29.729	2,3%	33.418	2,7%	3,8%	-11,0%
Empréstimos e financiamentos	398	0,0%	-	-	13.906	1,1%	-	-
Obrigações trabalhistas e encargos	39.219	2,8%	37.402	2,9%	30.737	2,5%	4,9%	21,7%
Impostos e contribuições sociais	9.488	0,7%	4.617	0,4%	4.623	0,4%	105,5%	-0,1%
Dividendos propostos	2.851	0,2%	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	13.842	1,0%	18.841	1,4%	21.763	1,7%	-26,5%	-13,4%
Outras contas a pagar	2.267	0,2%	575	0,0%	1.866	0,1%	294,3%	-69,2%
Total dos passivos circulantes	98.928	7,2%	91.164	7,0%	106.313	8,5%	8,5%	-14,2%
NÃO CIRCULANTES								
Provisão para passivo ambiental	13.487	1,0%	12.194	0,9%	11.494	0,9%	10,6%	6,1%
Empréstimos e financiamentos	8.090	0,6%	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	8.708	0,6%	6.712	0,5%	4.710	0,4%	29,7%	42,5%
Impostos diferidos	19.874	1,4%	15.935	1,2%	20.170	1,6%	24,7%	-21,0%
Provisão para passivos eventuais	14.560	1,1%	18.067	1,4%	14.540	1,2%	-19,4%	24,3%
Total dos passivos não circulantes	64.719	4,7%	52.908	4,0%	50.914	4,1%	22,3%	3,9%
Total dos passivos	163.647	11,8%	144.072	11,0%	157.227	12,5%	13,6%	-8,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	985.205	71,3%	897.735	68,7%	772.971	61,6%	9,7%	16,1%
Reservas de lucros	186.925	13,5%	219.362	16,8%	278.470	22,2%	-14,8%	-21,2%
Ajustes de avaliação patrimonial	41.834	3,0%	41.834	3,2%	41.834	3,3%	-	-
Ações em tesouraria	(28)	0,0%	(28)	0,0%	(28)	0,0%	-	-
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	1.213.936	87,9%	1.158.903	88,7%	1.093.247	87,2%	4,7%	6,0%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores	4.213	0,3%	4.026	0,3%	3.859	0,3%	4,6%	4,3%
Total do patrimônio líquido	1.218.149	88,2%	1.162.929	89,0%	1.097.106	87,5%	4,7%	6,0%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.381.796	100,0%	1.307.001	100,0%	1.254.333	100,0%	5,7%	4,2%

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2013 e 2012

Receita líquida: A receita líquida de 2013 totalizou R\$ 799.892 mil, correspondendo a um acréscimo de 13,1% em comparação a 2012. No mercado interno, esse resultado foi influenciado pelas vendas de FeCrAC que aumentaram em 17.530 toneladas face à recuperação na produção nacional de aço inoxidável. Já no mercado externo, o desempenho das vendas atingiram um acréscimo de 15.798 toneladas, incremento determinado pelo aproveitamento da elevação da taxa cambial.

Custo dos produtos vendidos: O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) passou de 80,6% sobre a receita líquida de 2012, para 83% em 2013. Em 2013, houve pressão nos custos de produtos vendidos de todas as ligas. Os preços médios das matérias-primas tiveram aumento em torno de 5%, enquanto os salários e encargos cresceram em 10,4%, sendo que cerca de 8,5% foram decorrentes da aplicação dos acordos coletivos. Além disso, houve incremento de 11,3% nas despesas com assistência médica, cuja variação ainda reflete o aumento ocasionado pela implantação do novo Plano de Saúde, em meados de 2012. Todavia, ressaltamos que a repercussão de todos esses impactos provocaram um acréscimo de 3% sobre o CPV por tonelada.

Resultado bruto: O resultado bruto alcançado em 2013 foi de R\$ 161.045 mil, registrando um acréscimo de 5% em relação ao exercício de 2012.

Margem Bruta: A margem bruta sobre a receita líquida atingiu 20,1% em 2013, ante os 21,7% atingidos no ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro líquido: O lucro líquido acumulado foi de R\$ 73.483 mil, com margem de 9,2% sobre a receita líquida, contra R\$ 85.326 mil e margem de 12,1%, realizados no exercício de 2012.

Resultado financeiro líquido: Em 2013, o resultado financeiro líquido alcançou R\$ 13.126 mil, registrando uma redução de 45,9%, em comparação ao valor de R\$ 24.258 mil realizado em 2012. Consideramos como fatores preponderantes para esse resultado, a redução dos recursos em aplicações financeiras e a contabilização da variação monetária passiva decorrente do processo administrativo relativo à cobrança da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), no valor de R\$ 1,6 milhão.

Dívida financeira: Em 2013, tivemos obrigações decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 8,5 milhões devido à contratação de financiamento para aquisição de máquinas/equipamentos e caminhões/ônibus via PSI-BNDES, intermediado pelo Banco Itaú S.A. Desse montante, R\$ 6,1 milhões foram adquiridos à taxa de 2,5% a.a. e o saldo restante de R\$ 2,4 milhões à taxa de 3% a.a. O prazo para pagamento total desse financiamento é de 120 meses, com carência de até 24 meses.

Despesas com vendas: Em 2013, as despesas com vendas totalizaram R\$ 11.538 mil, contra R\$ 10.097 mil de 2012. Os percentuais sobre a receita líquida correspondem, respectivamente, a 1,44% e 1,43% nesses anos.

Despesas administrativas, honorários e participações: No ano de 2013, as despesas administrativas, incluindo os honorários da administração e participações, totalizaram R\$ 63.514 mil, contra R\$ 55.749 mil acumulados em 2012. Em relação à receita líquida, corresponderam, respectivamente, a 7,94% e 7,88%. A variação de 13,9% foi determinada, principalmente, pela aplicação do índice de reajuste salarial de 9%, conforme a Convenção Coletiva do Trabalho, pela quitação de verbas rescisórias de administradores em cumprimento à política de sucessão recém-implantada, cujo impacto foi de 7%, bem como pela repercussão do índice inflacionário sobre as demais rubricas.

Geração de caixa: Em 2013, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais alcançou recursos de R\$ 83.175 mil; o caixa líquido relativo às atividades de investimentos consumiu R\$ 167.453 mil, sendo R\$ 100.097 mil destinados à aquisição de equipamentos e manutenção do imobilizado e R\$ 68.033 mil aplicados em instituições financeiras. O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento somou R\$ 12.435 mil, impactado, principalmente, pelo pagamento do JSCP de 2012, no valor de R\$ 20.755 mil. O saldo inicial de caixa e equivalente de caixa era de R\$ 185.187 mil em dezembro de 2012, passando para R\$ 88.474 mil em dezembro de 2013, correspondendo a uma redução líquida de R\$ 96.713 mil. Lembramos que essa redução decorreu, principalmente, das aplicações financeiras, no montante de R\$ 96.805 mil, contabilizadas segundo o CPC 03 (transfere do caixa e equivalentes de caixa, o valor das aplicações financeiras, cujo prazo exceda a noventa dias).

Outras informações e medidas não contábeis

Ebitda: A geração de caixa medida pelo EBITDA foi de R\$ 132.469 mil, contra R\$ 125.705 mil de 2012, registrando-se um acréscimo de 5,4%, conforme demonstrado abaixo:

EBITDA			
(em R\$ mil)	2013	2012	Δ%
Lucro líquido	73.483	85.326	-13,9%
Provisão IR/CS	18.547	10.905	70,1%
Resultado financeiro líquido	(13.126)	(24.258)	-45,9%
Depreciação/exaustão	56.174	56.059	0,2%
Equivalência patrimonial	(2.609)	(2.327)	12,1%
EBITDA	132.469	125.705	5,4%
% s/ receita líquida	16,6%	17,8%	

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Comentários dos Diretores sobre:****a) Resultado das operações da Companhia, em especial****i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir da venda de ferroligas.

RECEITA LÍQUIDA				
<i>(em Reais mil)</i>		2013	2012	Δ %
Mercado Interno	Ferrocromo Alto Carbono	384.972	323.663	18,9%
	Ferrocromo Baixo Carbono	68.507	67.290	1,8%
	Ferrossilício 75	116.496	84.952	37,1%
	Minérios (1)	15.120	14.256	6,1%
	Outros (2)	9.651	13.856	-30,4%
	Total MI	594.746	504.017	18,0%
Mercado Externo	Ferrocromo Alto Carbono	36.650	4.552	705,1%
	Ferrocromo Baixo Carbono	35.390	31.056	14,0%
	Ferrossilício 75	133.106	167.897	-20,7%
	Total ME	205.146	203.505	0,8%
	TOTAL (MI+ME)	799.892	707.522	13,1%

Notas: (1) receita de minérios inclui: Lump, Concentrado e Areia de Cromita.

(2) receita de outros inclui: Ferrossilício Cromo, Cal, Calcário e outros.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A produção de ligas totalizou 260.326 toneladas, refletindo uma queda de 5.107 t ou 1,9% a menos, quando comparada ao total produzido em 2012, que registrou um volume de produção de 265.433 toneladas. Esse impacto foi provocado, principalmente, pela produção do ferrossilício cromo (FeSiCr), que encerrou o ano de 2013 com uma redução de 5.364 t ou 28,9% inferior ao total do ano anterior. O ferrossilício cromo destina-se, basicamente, ao consumo interno da FERBASA, sendo utilizado na fabricação do ferrocromo baixo carbono. O arrefecimento da produção do FeSiCr deveu-se à uma programada diminuição dos níveis de estoque.

No ano de 2013, as vendas totalizaram 260.218 toneladas de ligas, contra 230.123 toneladas vendidas no ano anterior, registrando-se um acréscimo de 13,1%. Destacamos o crescimento de 14,3% nas vendas do ferrocromo alto carbono no mercado interno, e de 857,2% para o mercado externo.

A margem bruta sobre a receita líquida atingiu 20,1% em 2013, ante os 21,7% atingidos no ano anterior.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O resultado bruto alcançado em 2013 foi de R\$ 161.045 mil, registrando um acréscimo de 5% em relação ao exercício de 2012. A margem bruta sobre a receita líquida atingiu 20,1% em 2013, ante os 21,7% atingidos no ano anterior.

Em 2013, houve pressão nos custos de produtos vendidos de todas as ligas. Os preços médios das matérias-primas tiveram aumento em torno de 5%, enquanto os salários e encargos cresceram em 10,4%, sendo que cerca de 8,5% foram decorrentes da aplicação dos acordos coletivos. Além disso, houve incremento de 11,3% nas despesas com assistência médica. A repercussão de todos esses impactos provocaram um acréscimo de 3% sobre o CPV por tonelada.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Com relação ao resultado financeiro, as aplicações apresentaram em 2013 um rendimento bruto de R\$ 14.763 mil, ante o rendimento de R\$ 23.494 mil em 2012, representando uma redução de 37,16%. Essa queda foi motivada pela redução na média dos recursos aplicados ao longo de 2013, em relação a 2012. As despesas financeiras de 2013 foram de R\$5.691 mil, ante o valor de R\$4.224 mil em 2012, apresentando um acréscimo de 34,73%, com destaque para a variação monetária passiva decorrente do processo administrativo relativo à cobrança da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Comentários da diretoria sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia****a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes.

Mudança de Avaliação da Vida útil do Imobilizado

A Companhia efetuou a revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de máquinas, equipamentos e veículos sobre os saldos registra dos em 1º de janeiro de 2010. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio dos engenheiros da Companhia.

Depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2013, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	<u>Taxa 2013 - %</u>
Máquinas e equipamentos	7,1
Veículos e tratores	14,38
Edificações	4
Móveis e utensílios	10
Informática	20
Outros	9 a 17

A depreciação do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção.

Terrenos

Referem-se principalmente a terras destinadas às atividades de plantio de florestas, conforme mencionado na Nota 14.

A Companhia e suas controladas possuem ações na qual figuram com autoras solicitando reintegração ou manutenção de posse em área equivalente a 6.387 hectares, a qual se encontra registrada no ativo imobilizado. Terceiros estão questionando a posse de tais terras e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as expectativas de manutenção da posse são prováveis, a Companhia e controladas não registraram perda relacionada a este ativo.

A Companhia possui ainda quatro ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo que três encontram-se em fase de discussão judicial (valor das indenizações) e uma está em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA's).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Jazidas

Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas.

A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

Provisão para fechamento de minas

Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.

Imobilizações em andamento

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imobilizações em andamento referem-se a projetos nas áreas de mineração e metalurgia.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2013, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela administração.

Bens dados em garantia

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 2.014 (2012 - R\$ 2.651), líquidos de depreciação.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes, datado de 19/03/2014, continha ênfase em função das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- 10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que reflitam um risco significativo e que possam resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos; provisões para fechamento de minas; e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são continuamente revistos. As revisões relacionadas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Comentários da Diretoria sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras são processos desenvolvidos para proporcionar confiabilidade aos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras. Esses controles adotados pela Companhia asseguram um grau de eficiência adequado e representam, da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor. Além disso, durante o exercício de 2013, implantamos o código de conduta.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Carta de Recomendação referente ao exercício de 2014 contém recomendações que não comprometem a confiabilidade das demonstrações financeiras. A Companhia tem procurado, gradativamente, aperfeiçoar seus controles internos. Atualmente, contratamos serviços de consultoria para essa finalidade.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos Formulário de Referências da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

- a) **Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados, em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

Não aplicável.

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável